

AS CONTRIBUIÇÕES DO FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO (FONEC) PARA A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

Adriane Silva de Abreu Oliveira - Graduada em Pedagogia na UNOPAR – Universidade Norte do Paraná - adrianeabreu 24@hotmail.com

Cristiana Silva de Abreu - Graduada em Pedagogia na UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso - crisdex spz@hotmail.com

<u>Ellen Simone Alves de Souza - Graduada</u> em Pedagogia na UNOPAR – Universidade Norte do Paraná. <u>ellensimone74@gmail.com</u>

Michelli Carla de Souza- Graduada em Pedagogia na Universidade Luterana do Brasil-Ulbra.

Neuzenir Silva de Abreu Oliveira - Graduada em Pedagogia na Universidade Luterana do Brasil-Ulbra. neuzenir abreu@hotmail.com

Santino de Oliveira - Graduado em Geografia na UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso. santinogeo@hotmail.com

Sonia dos Reis Carvalho - Graduada em Pedagogia na UNEMAT- Universidade Estadual de Mato Grosso. Soniacarvalhoca@gmail.com



RESUMO

Este artigo tem como análise o Fórum Nacional de Educação do Campo FONEC e seu papel como agente político organizador, formador e, ao mesmo tempo, espaço de mediação e unidade político-ideológica, se constitui em um espaço central de articulação dos diferentes sujeitos coletivos que lutam por uma educação do campo pautada nas lutas pela elaboração e consolidação de políticas públicas de Educação do Campo. A partir das reflexões desenvolvidas durante a realização do fórum ao longo do tempo de sua realização, serão analisadas aas propostas de construção, afirmação e ampliação desse instrumento organizativo e os desafios que lhe são impostos no contexto atual e criação de novas políticas necessárias aos enfrentamentos atuais da Educação do Campo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do campo, políticas públicas, Fórum Nacional da Educação do Campo, Movimentos Sociais.

ABSTRACT

This article analyzes the National Forum on Rural Education (FONEC) and its role as a political agent that organizes, educates, and simultaneously serves as a space for mediation and political-ideological unity. The FONEC constitutes a central arena for articulating different collective actors who struggle for rural education grounded in the development and consolidation of public policies for Rural Education. Based on the reflections developed throughout the forum's trajectory, this study examines the proposals for the construction, affirmation, and expansion of this organizational instrument, as well as the challenges imposed in the current context and the creation of new policies necessary to address the contemporary demands of Rural Education.

KEYWORDS: Rural Education, Public Policies, National Forum on Rural Education, Social Movements.



INTRODUÇÃO

A educação do campo no Brasil tem se constituído como um espaço de resistência e luta em prol do reconhecimento das especificidades socioculturais, econômicas e políticas das populações camponesas. Nesse contexto, o Fórum Nacional da Educação do Campo (FONEC), emerge como uma instância fundamental de articulação, reflexão e proposição de políticas públicas voltadas para a garantia do direito à educação para os povos do campo, com características coletivas e democráticas, para articular os diversos sujeitos e organizações que lutam por esses direitos.

Criado no início dos anos 2000, o FONEC congrega diversos movimentos sociais, organizações não governamentais, instituições de ensino e pesquisa, bem como representantes do poder público, com o objetivo de fortalecer o debate sobre a educação contextualizada e comprometida com a realidade camponesa.

Este artigo busca analisar a importância do FONEC na formulação de políticas educacionais para o campo, destacando as suas principais ações, princípios orientadores e desafios enfrentados ao longo de sua trajetória sobre sua atuação política e pedagógica na promoção de uma educação emancipadora e inclusiva.

O Fórum Nacional de Educação do Campo se constitui, atualmente, em espaço central de articulação dos diferentes sujeitos coletivos que lutam por esta causa. A partir da realização de reuniões ampliadas de trabalho; da produção de notas técnicas e de seminários nacionais, o FONEC vem se legitimando como um dos principais agentes intelectuais coletivos da Educação do Campo, produzindo análises sobre esta conjuntura, com a perspectiva de orientar, a partir destas análises comuns, o sentido e direção das lutas a serem empreendidas pelas diferentes organizações que o integram.

Buscando romper com a visão tradicional e excludente da educação rural através da valorização da diversidade de saberes, a promoção de uma



visão integrada do território e a luta pela democratização do acesso à educação, é estimulada pela Educação do Campo também a participação ativa das comunidades. Partindo desses princípios, e conjugada a uma prática pedagógica comprometida com a construção de sociedades mais justas, sustentáveis e democráticas no campo.

Nessa abordagem educativa, destaca-se a importância da participação ativa das comunidades rurais na construção e gestão do projeto educativo, além disso, registre-se que os sujeitos do campo são protagonistas de sua própria história e devem ter voz nas decisões que impactam suas vidas. Segundo Molina e Jesus (2010), a Educação do Campo está fundamentada em princípios como a valorização da cultura camponesa, a respeito do modo de vida das comunidades rurais e a promoção de uma educação contextualizada.

Uma educação do campo idealizada para o camponês, tem que dialogar com as práticas produtivas e com a organização social do campo. O Referencial Curricular Nacional para as Escolas do Campo (BRASIL, 2002) reforça a importância de uma educação que reconheça e respeite as especificidades socioculturais e econômicas das populações rurais, superando a visão assistencialista e homogênea historicamente atribuída à educação do campo.

DESENVOLVIMENTO

O FONEC como instância de articulação política e pedagógica

Criado a partir de necessidades de integrar diferentes setores que atuam na área, o FONEC é uma articulação nacional que reúne movimentos sociais, sindicatos, universidades públicas, instituições de ensino e organizações da sociedade civil comprometidas com a defesa e promoção da educação do campo. Seu surgimento foi impulsionado pela necessidade de fortalecer a luta por políticas públicas que reconheçam as especificidades e os direitos das populações camponesas, indígenas, quilombolas, ribeirinhas e demais povos do campo.



Atua como um espaço autônomo de mobilizações e análise crítica das políticas educacionais, buscando influenciar a formulação, implementação e avaliação de ações voltadas à educação do campo. Entre as suas principais pautas estão: a valorização das escolas do campo, a formação de educadores contextualizada com a realidade do campo, o combate de fechamento de escolas e a defesa de currículos que respeitem a diversidade cultural e territorial das comunidades rurais. Conforme Arroyo (2012), o fórum é uma instância imprescindível na luta pela visibilidade dos sujeitos do campo.

Segundo Caldart (2012, p. 260), a Educação do Campo "é um movimento que busca afirmar a identidade, os direitos e os saberes dos sujeitos do campo, articulando a luta social com a produção de políticas públicas específicas".

Todos possuem direitos à uma educação firmada em um projeto educativo enraizado nas realidades e culturas camponesas, para que haja uma representatividade e um importante avanço na articulação dos sujeitos inseridos nesse contexto. O fórum desempenha um papel fundamental ao possibilitar que camponeses, educadores e movimentos sociais construam coletivamente propostas que respeitem as especificidades culturais e socioeconômicas do campo.

Reunidos em Brasília, na sede da CONTAG, durante os dias 16 e 17 de agosto de 2010, por autoconvocação, movimentos e organizações sociais e sindicais do campo, universidades, institutos federais de educação, após análise da situação do campo e da Educação do Campo no Brasil, resolveram criare assim fica criado o Fórum Nacional de Educação do Campo - FONEC.

Participaram ainda desta reunião como convidados representantes de organismos internacionais e do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Ministério da Educação. Além das representações presentes a esse ato inicial de formação – que firmam este documento, outros movimentos e organizações sociais e sindicais, bem como instituições que mantêm vínculos com a Educação do Campo, serão admitidas à composição do Fórum, na medida de



seu compromisso com os princípios que o embasam e da aceitação por parte dos seus já componentes efetivos.

O Fórum nasce com o objetivo de fortalecer a autonomia, o debate, a elaboração e, sobretudo, a consolidação de políticas públicas voltadas para a educação no campo. Falar de Educação do Campo, de acordo com sua materialidade de origem, significa falar da questão agrária; da Reforma Agrária; da desconcentração fundiária; da necessidade de enfrentamento e de superação da lógica de organização da sociedade capitalista, que tudo transforma em mercadoria: a terra; o trabalho; os alimentos; a água, a vida.

Portanto, é imprescindível que não se separe a Educação do Campo da totalidade maior que a contém:

"[...] que não se pense a Educação do Campo fora da contradição fundamental entre capital e trabalho e, pela nossa opção de classe, sem o objetivo de superação das leis fundamentais de funcionamento da lógica de produção que move o capitalismo: exploração do trabalho e exploração da natureza" (Caldart, 2015, p. 5).

Com vistas à promoção de um ensino mais igualitário e significativo nas comunidades rurais, a educação do campo busca estabelecer uma abordagem pedagógica que esteja clara com sua realidade e suas necessidades, com isso, o objetivo precípuo do FONEC é o exercício da análise crítica constante, severa e independente acerca de políticas públicas de Educação do Campo; bem como a correspondente ação política com vistas à implantação, à consolidação e, mesmo, à elaboração de proposições de políticas públicas de Educação do Campo.

Nesse sentido, Fernandes (2010) argumenta que o FONEC é uma estratégia política fundamental para a conquista de direitos sociais e educacionais, sendo responsável por impulsionar políticas públicas importantes como Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Para o autor, a articulação promovida pelo fórum permitiu que os sujeitos do campo deixassem de ser apenas beneficiários passivos de políticas e se tornassem protagonista na construção de uma educação do campo emancipadora.



Assim, o FONEC cumpre uma função essencial: transformar a educação do campo em política pública efetiva, garantindo o reconhecimento das especificidades dos territórios e das culturas rurais, contribuindo para a superação das desigualdades sociais. Um exemplo emblemático é a formulação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escola do Campo, aprovadas pela Resolução CNE/CEB nº 1/2002, que representa um marco legal para a institucionalização da Educação no Campo no Brasil.

Além disso, o FONEC é reconhecido em documentos oficiais do Ministério da Educação (MEC) como instância consultiva e propositiva, desempenhando papel central na identificação de políticas e programas educacionais voltados para o campo.

Desde a sua criação,tem contribuído significativamente para a formulação de princípios, diretrizes e práticas que orientam a Educação do Campo como um direito social e político. A seguir, apresento as principais definições que o FONEC contribui para essa área:

1. Reconhecimento da Educação do Campo como um direito

Reforça que a Educação do Campo não é um favor, ou um serviço assistencialista, mas um direito inalienável dos povos do campo, das águas e das florestas. Defende que ela deve ser garantida pelo Estado, considerando as especificidades culturais, sociais e territoriais dessas populações.

2. Educação contextualizada

Uma das principais definições defendidas pelo FONEC é que a Educação do Campo deve ser contextualizada, ou seja, organizada a partir das realidades locais, das culturas, dos modos de vida e dos saberes dos sujeitos do campo.

3. Combate à concepção assistencialista e compensatória

O FONEC critica a visão que, historicamente, tratou a Educação do Campo como um instrumento de compensação social ou de assistência "aos



mais pobres". Em vez disso, propõe que a educação deve ser pensada como emancipadora.

4. Organização político-pedagógica própria

Defende uma organização político-pedagógica específica para a Educação do Campo que respeite o calendário agrícola, o tempo e ritmo das comunidades rurais, a pedagogia da alternância, a formação de professores com enfoque nas realidades do campo.

Conforme Caldart (2015), pensar a Educação do Campo implica compreendê-la na totalidade da questão agrária, da luta pela terra e pela desconcentração fundiária.

Desde sua criação, o FONEC tem desempenhado papel crucial na elaboração de políticas públicas educacionais. Sua atuação contribuiu para o fortalecimento de programas como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e para a criação de marcos legais, como as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB nº 1/2002).

Segundo Fernandes (2010), o fórum possibilitou que os sujeitos do campo deixassem de ser apenas beneficiários de políticas públicas para se tornarem protagonistas na construção de um projeto educativo emancipador. O reconhecimento do FONEC em documentos oficiais do MEC como instância consultiva e propositiva reforça sua importância no cenário nacional.

O FONEC contribui significativamente para a construção de uma educação mais inclusiva e que atenda às necessidades específicas dos trabalhadores rurais e seus filhos, como:

Defesa da Educação do Campo

Atua na defesa da Educação do Campo como um direito social e um instrumento de transformação, promovendo uma educação que valorize a cultura e as sabedorias dos povos do campo.

• Articulação e Mobilização:



É um espaço de articulação e mobilização dos movimentos sociais e organizações populares do campo, buscando a unidade e a organização das lutas pela educação.

• Acompanhamento e Pressão:

Acompanha a implementação das políticas públicas de educação do campo, pressionando o Estado e o poder público para garantir a efetividade da educação para os povos do campo.

• Apoio à Formação de Professores:

Apoia a criação e o fortalecimento das Licenciaturas em Educação do Campo, que formam professores com conhecimentos e saberes específicos para a educação do campo.

• Criação de Materiais e Recursos:

Cria e divulga materiais educativos, recursos didáticos e ferramentas para auxiliar a prática pedagógica em escolas do campo.

Defesa das Escolas do Campo:

Luta pela manutenção e ampliação das escolas no campo, buscando garantir que as crianças e jovens do campo tenham acesso a uma educação de qualidade.

Promoção de Pesquisas e Estudo:

Apoia a realização de pesquisas e estudos sobre a educação do campo, buscando aprofundar o conhecimento sobre a temática e identificar novas soluções para os desafios da educação rural.

A iniciativa nasce da necessidade de construir lutas unitárias feitas pelos próprios(as) trabalhadores(as) e suas organizações por uma política pública de Educação do Campo, que garanta o direito das populações do campo à educação.



A Educação do Campo é muito mais ampla do que educação escolar, fazer essa redução é extremamente grave porque tira a dimensão do conflito, da luta de classes, reduzindo-a aos processos de ensino aprendizagem que ocorrem no ambiente escolar. Estes processos são importantes e é necessário incidir sobre eles, pois ao fazer isso, também incidimos sobre como vai se constituindo a leitura de mundo dos educandos - apesar de ser muito mais que isso o desafio e a tarefa da Educação do Campo

A situação socioeconômica em que se encontram os educandos presentes no sistema público, especialmente no campo, não pode ser ignorada na construção de políticas que busquem a promoção da igualdade. Se a intencionalidade é realmente melhorar o sistema escolar, não há possibilidade de ignorar estas questões. Não nos é possível considerar irrelevantes as condições socioeconômicas que permeiam os processos de aprendizagem dos sujeitos do campo, quer sejam elas referentes ao nível de renda auferida pelo núcleo familiar ou ao universo cultural que este núcleo se insere. Casassus (2002, p. 29). enfatiza que

[...] não é a mesma coisa examinar o desempenho dos alunos (qualidade) como resultado da aplicação neutra de técnicas adequadas, considerando como implícita (não declarada) uma igualdade no início; ou examinar esse mesmo desempenho sob a ótica de uma reflexão sobre a desigualdade social, considerando como implícita (declarada) uma desigualdade no início.

Constata-se que, hoje, no Brasil, o projeto hegemônico de campo, de desenvolvimento rural e de educação no meio rural tem caráter excludente, predador e homogeneizante. Por isso, ele suscita uma ação estratégica forte e ordenada dos povos do campo, a começar por suas organizações próprias e/ou parceiras, com vistas à instalação de um projeto capaz de reverter tal processo histórico vigente. Dentro desse projeto, caberá ao Fórum Nacional de Educação do Campo primar, antes de tudo, pelo cumprimento do direito humano inalienável e indivisível à educação de qualidade, a todos os que vivem no e do campo, salvaguardadas, sempre, a diversidade cultural e as



especificidades sociais e ambientais da vida e do trabalho dos povos do campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Fórum Nacional da Educação do Campo, representa uma conquista histórica das populações do campo no Brasil, consolidando-se como espaço político e pedagógico fundamental na luta pelo direito à educação, onde os sujeitos do campo se afirmam como protagonistas de suas próprias histórias e lutam pela efetivação de seus direitos.

Assim, é possível afirmar que o FONEC segue sendo um espaço importante de articulação das entidades do campo. Esse espaço consegue gerar uma unidade na compreensão de luta e defesa da educação e sua criação viabiliza, há mais de uma década, alterações significativas no que refere a oferta de educação no campo, contribuindo para o fortalecimento da democracia e da justiça social no meio rural.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Ofício de mestre: imagens e autoimagens.** 13.ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL. Referencial Curricular Nacional para as Escolas do Campo. Brasília: MEC/SEF,202.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do campo**. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 259-267.

CALDART, R. S. Sobre a especificidade da Educação do Campo e os desafios do momento atual. Mimeo. 2015

CASASSUS, J. A escola e a desigualdade. Brasília/DF. Plano Editora, 2002.



FERNANDES, Bernardo Mançano. Educação do Campo e luta pela terra. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de (org.). Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2010.

MOLINA, Mônica C.; JESUS, Sônia M. de (org.). **Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção.** Brasília: MEC, SECAD, 2010.